



Na solenidade, Heráclito Fortes (E), João Claudino Fernandes, José Alencar, Marconi Perillo, Jorge Gerdau, Rodrigo Mindlin e João Tenório

Diploma José Ermírio é entregue a quatro personalidades

Premiação criada pelo Senado foi dada ao vice-presidente da República, José Alencar (Coteminas), Jorge Gerdau Johannpeter (Grupo Gerdau), João Claudino Fernandes (Grupo Claudino) e José Mindlin (Metal Leve) *in memoriam*. 2

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVI – Nº 3.245 – Brasília, quarta-feira, 2 de junho de 2010

Verbas do PAC 1 para tratar lixo ficam paradas, afirma Caixa

Diretor da Caixa Econômica Federal diz, em debate na CAE, que municípios não conseguiram apresentar projetos que consumissem os R\$ 300 milhões programados no PAC 1. 7

Despoluição do rio Tietê terá mais US\$ 600 mi 7

Eletrobras aponta custo socioambiental de Belo Monte

Diretor da Eletrobras afirma que, dos R\$ 19 bilhões previstos para a construção da usina de Belo Monte, R\$ 3,5 bilhões serão destinados aos custos socioambientais da obra. 6

Aprovada a MP que reestrutura carreiras federais

Texto votado ontem e enviado à sanção tem 63 emendas feitas pela Câmara, que podem elevar muito o impacto orçamentário



Senadores Renan Calheiros (E), Romeu Tuma, Agripino Maia, ACM Júnior e Romero Jucá, durante a votação

O Plenário aprovou ontem projeto que reestrutura algumas carreiras do serviço público federal, em especial a polícia rodoviária, acatando texto enviado pela Câmara com 63

mudanças em relação à medida provisória originalmente assinada pelo presidente da República. As mudanças, alertaram senadores da oposição, podem elevar muito o impacto sobre os gastos com a folha salarial. 3

Resultados do novo CPC serão visíveis em um ano

Previsão é do ministro Luiz Fux, que coordenou comissão de juristas que elaborou o anteprojeto do Código de Processo Civil, concluído ontem. A tramitação se inicia semana que vem. 5

Portador de psoríase busca fim do preconceito 4

Produto para dessalinizar água pode ter isenção de IPI

Cícero Lucena diz que vai propor alíquota zero para membranas utilizadas em aparelhos de destilação que purificam a água. Projeto pode ajudar a combater mortalidade infantil. 6



Celso Amorim (E) faz uma apresentação, durante audiência pública na CRE, dos termos do acordo Brasil-Turquia-Irã, firmado no mês passado

Acordo com Irã recebe novos apoios na ONU, diz Amorim

Ministro das Relações Exteriores participa de debate na CRE e assegura que iniciativa brasileira e turca sobre programa nuclear do Irã vai gerar "mais confiança" na comunidade internacional. 4

José Alencar, João Claudino Fernandes, Jorge Gerdau e José Mindlin são homenageados devido à contribuição de suas empresas ao desenvolvimento econômico e social do país

Senado entrega Diploma José Ermírio a empresários

OS QUATRO PRIMEIROS agraciados com o Diploma José Ermírio de Moraes, instituído neste ano pelo Senado, foram o vice-presidente da República, José Alencar, fundador da empresa Coteminas; Jorge Gerdau Johannpeter, do Grupo Gerdau; João Claudino Fernandes, do Grupo Claudino; e José Mindlin (*in memoriam*), fundador da Metal Leve. Rodrigo Mindlin representou ontem seu avô – falecido em fevereiro – na sessão especial para entrega do diploma, presidida pelo 1º vice-presidente do Senado, Marconi Perillo (PSDB-GO).

Em seu discurso, Marconi disse que o fundador do Grupo Votorantim, José Ermírio de Moraes, que dá nome ao prêmio, marcou sua vida de político e empresário com grande intensidade e paixão. O senador lembrou que a empresa, surgida em Nazaré da Mata (PE), tornou-se um dos maiores grupos empresariais do país, atuando nos setores de cimento, celulose, papel, química, filmes e outros.

Sobre José Alencar, Marconi disse tratar-se de “um exemplo para cada um dos 190 milhões de brasileiros, que o admiram e torcem por ele na luta contra o câncer”. O senador também destacou a trajetória de Jorge Gerdau à frente do grupo que hoje é líder na América do Sul e um dos maiores do mundo na produção de aços longos. O empresário, frisou o senador, tem sido também um exemplo de gestão no setor privado e de assessoramento ao setor público em técnicas de administração.

Disposição para o trabalho e perseverança foram as características de João Claudino Fernandes destacadas por Marconi. O homenageado, pai do senador João Vicente Claudino (PTB-PI), foi o criador do Armazém Paraíba, em Cajazeiras (PB), hoje um grande conglomerado que superou os desafios de uma região pobre.

Ao lembrar o trabalho de José Mindlin, o vice-presidente do Senado disse que o homenageado representou o empresário brasileiro moderno e que promoveu “o Brasil das letras”, ao reunir a maior coleção particular de livros do país, doada



José Alencar (E) recebe diploma de Marco Maciel (C) e João Tenório: defesa da atuação empresarial

posteriormente à Universidade de São Paulo.

Reconhecimento

Idealizador do Diploma José Ermírio de Moraes, o senador João Tenório (PSDB-AL) apontou a indústria brasileira como um setor da economia “que nem sempre teve seu mérito reconhecido, muitas vezes visto mais como antagonista do que como aliado no crescimento econômico do Brasil”.

João Tenório destacou o movimento Ação Empresarial Brasileira, criado por Jorge Gerdau Johannpeter, como fundamental no apoio técnico a empresas e a executivos estaduais e municipais. Na opinião do senador, o industrial brasileiro é desamparado, mas enfrenta com competência pacotes econômicos, trocas de moeda e a combinação perversa de burocracia e altas taxas de juros.

José Alencar defende valor das empresas

Ao discursar em nome dos homenageados, o vice-presidente José Alencar disse que toda empresa, de qualquer tipo, tem que ser vista como “um bem da comunidade”, pois gera empregos e contribui para o crescimento do país.

– Seja grande ou pequena, estatal, pública ou privada, comércio, indústria, serviços, de transporte, qualquer empresa é um bem da comunidade e deve ser defendida não só pelo empresário, mas pelos empregados. Eu comecei como empregado, tinha e tenho muito orgulho disso – ressaltou Alencar.

O vice-presidente lembrou que só pode realizar o sonho de dedicar-se à vida pública quando sentiu que o filho estava pronto para assumir o comando da Coteminas. Disputou o governo de Minas Gerais pelo PMDB, em 1994, mas foi derrotado. Em 1998, elegeu-se senador. E renunciou ao mandato em 2002 para compor a chapa do presidente Lula.

José Alencar explicou sua desistência de disputar uma vaga no Senado, que era seu plano para depois do período na Vice-Presidência. Este ano, ele concluiu que não poderia concorrer.

– Pedi aos médicos para me liberarem da quimioterapia, porque me sentia curado. Eles recusaram. Como iria pedir votos ao eleitor, garantindo que estava curado, e ao mesmo tempo enfrentando uma quimioterapia? – disse.



João Claudino Fernandes é fundador da rede de varejo Armazém Paraíba

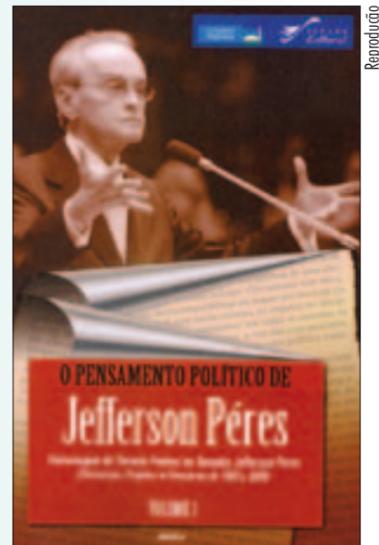


Jorge Gerdau Johannpeter comanda a líder em aços longos na América do Sul

Coletânea com pensamento político de Jefferson Péres

Será lançada na próxima segunda-feira, na Assembleia Legislativa do Amazonas, em Manaus, a coletânea de quatro volumes produzida pela Secretaria Especial de Edição e Publicações (Seep) do Senado com os pronunciamentos, projetos e pareceres do ex-senador Jefferson Péres. Segundo o diretor da Seep, Florian Madruga, a coletânea, produzida para homenagear o senador, é um trabalho inédito e tem um projeto gráfico diferenciado.

O lançamento da coletânea foi anunciado por senadores na semana passada, durante homenagem no Plenário ao ex-senador Jefferson Péres.



Quatro volumes integram a coletânea produzida pela Gráfica do Senado

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Projetos do pré-sal trancam a pauta

14h A sessão é deliberativa e a pauta continua trancada pelos projetos que tratam do marco regulatório do pré-sal.



CCT Contratos de agências dos Correios

8h30 Na pauta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, proposta que prorroga os contratos de exploração de serviços postais entre os Correios e suas agências franqueadas. Outros 38 itens que deverão ser votados pela CCT são projetos que autorizam o funcionamento de rádios comunitárias e permissão para exploração de serviços de FM. Em seguida, será ouvido em audiência pública Jarbas José Valente, membro do Conselho Diretor da Anatel, sobre a licitação para exploração do serviço móvel pessoal.

Reunião conjunta Debate sobre Lei Pelé

9h30 Projeto que altera a Lei Pelé será analisado em reunião conjunta de quatro comissões: de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Sociais; de Assuntos Econômicos; e de Educação e Cultura.

CRE Embaixadores em Cuba e no Chile

9h30 A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional analisa a indicação de José Eduardo Martins Felício para embaixador em Cuba, e a de Frederico Cezar de Araújo para exercer o mesmo cargo no Chile. Logo após, a comissão discute e vota as emendas ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011.

CCJ Ampliação dos direitos dos companheiros

10h A ampliação dos direitos sucessórios dos companheiros, em união estável, está entre as propostas em análise pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Uma das principais modificações é a inclusão do termo “companheiro” em vários artigos do Código Civil que tratam da sucessão de bens e que atualmente só trazem a expressão “cônjuge”. Outro projeto em discussão autoriza deduzir despesas com aluguel no Imposto de Renda. Ainda na pauta, discussão e votação das emendas da comissão ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011.

CI Votação de emendas à LDO

14h30 A Comissão de Serviços de Infraestrutura também discute e vota as emendas da comissão ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp



Mão Santa diz que só policiais de Brasília têm salários adequados

Mão Santa defende piso para policiais e bombeiros

O senador Mão Santa (PSC-PI) defendeu ontem a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 446/09, do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), que cria um piso salarial para os policiais civis e militares e bombeiros estaduais.

O texto da proposta, já aprovada pelo Senado e em tramitação na Câmara, transforma o salário desses profissionais em subsídios e estabelece que o piso salarial será fixado em lei federal.

– Não dá. Os policiais de Brasília até que ganham bem, mas o que eles estão ganhando Brasil afora, não dá. Enquanto não resolvermos o problema salarial dos soldados, isso aqui não é sociedade, é barbárie, não tem nada de civilização – afirmou o senador.

Paulo Duque reconta a defesa de Tiradentes

O senador Paulo Duque (PMDB-RJ) anunciou ontem o lançamento de seu livro *Tiradentes – a defesa*, que relata o trabalho do advogado José de Oliveira Fagundes, que defendeu todos os 29 acusados na Inconfidência Mineira (1789). O livro, editado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicação do Senado (Seep), será lançado dentro de duas semanas.

Paulo Duque assinalou a importância de resgatar a história de personagens como José de Oliveira Fagundes, que tiveram participação relevante na vida brasileira.

Ele lamentou que a defesa de Tiradentes tenha sido “muito injustamente esquecida” e manifestou a sua alegria com o fato de que agora, com a publicação do livro, essa falha será corrigida. O senador acrescentou que isso só é possível por meio da Seep, uma vez que as editoras privadas não se interessam por esse tipo de material.



Para o senador Paulo Duque, defesa “foi injustamente esquecida”

Proposta original estimava gasto anual de R\$ 31,7 milhões, mas 63 emendas aprovadas na Câmara ampliam o impacto no Orçamento; só uma delas custaria R\$ 1,8 bilhão

Reestruturação de carreiras da União passa no Plenário

O SENADO APROVOU ontem a medida provisória (MP) que reestrutura carreiras do serviço público federal. O Projeto de Lei de Conversão (PLV) 4/10, oriundo da MP 479/09, segue para a sanção. Se não tivesse sido votada nesta terça, a MP perderia a validade.

Originalmente, a medida custaria ao governo R\$ 31,7 milhões anuais no período de 2010 a 2012, valor previsto na exposição de motivos do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, ao encaminhar a MP ao Congresso.

No entanto, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), ressaltou estimativas preliminares indicando que só uma das emendas aprovadas na Câmara terá custo anual de aproximadamente R\$ 1,8 bilhão. Ele criticou a pressa do governo e analisou o texto ponto a ponto.

– Com as emendas acatadas pela relatora da matéria na Câmara [Gorete Pereira (PR-CE)], não é possível calcular o impacto

orçamentário que o substitutivo acarretará na sua integralidade, porque das 201 emendas apresentadas, a relatora acatou 45 integralmente e 18 parcialmente – disse Alvaro Dias.

O PLV teve parecer favorável do relator, o líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), que manteve integralmente o texto aprovado na Câmara.

A MP que deu origem ao PLV 4/10 foi editada pelo Executivo para corrigir problemas surgidos com vetos ao projeto de conversão de outra MP, a 441/08, que concedia reajustes diferenciados para 380 mil servidores de 40 carreiras da União a partir de 1º de julho deste ano.

O texto aprovado ontem pelos senadores inclui medidas como remoção de policiais rodoviários e pagamento de auxílio a quem participar de processos de avaliação educacional. Uma das mudanças feitas na Câmara, a pedido do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, permite a remoção de servidores recém-

ingressados no órgão, antes de cumprido o período de três anos de estágio probatório.

Voto contrário

Alvaro Dias (PSDB-PR) considerou a medida “inconveniente e inconstitucional” e sugeriu ao presidente Lula que vete trechos do texto. Para o senador, o projeto seria inconstitucional porque as emendas acatadas na Câmara aumentam as despesas da União em um projeto de iniciativa exclusiva do Executivo, o que é proibido pela Constituição, com exceção das leis Orçamentária Anual e de Diretrizes Orçamentárias.

Já o líder do DEM, senador José Agripino (RN), disse que votaria a favor só para não prejudicar as carreiras atendidas pela MP. Ele pediu ao líder do governo compromisso de incluir em uma próxima MP solução para o problema dos analistas da Receita Previdenciária que desejem migrar para a Receita Federal.



José Agripino (C), entre os senadores, pediu ao governo solução para a carreira dos analistas da Receita Previdenciária

Retirada urgência para a criação da Petro-Sal

Confirmando o acordo feito com a oposição, a Presidência da República enviou ao Senado mensagem retirando a urgência do projeto de lei que cria a Petro-Sal (PLC 309/09). Com o fim da urgência, oficializada ontem, a proposta volta à tramitação normal, passando por três comissões – Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infraestrutura (CI).

– Cumprimos o acordo que havia sido feito – disse Romero Jucá (PMDB-RR), líder do governo no Senado.

Jucá anunciou que já tem pronto um requerimento para que a matéria seja votada em Plenário até 16 de junho.

Os outros três projetos que tratam do marco regulatório para a exploração do petróleo na camada do pré-sal continuam tramitando em regime de urgência.

Valadares: CCJ deve votar hoje o fim de voto secreto em cassações

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar na reunião de hoje a proposta de emenda à Constituição (PEC 38/04) que estabelece voto aberto em processos de cassação de parlamentar e na análise de vetos presidenciais.

Foi o que informou ontem o relator, senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). Ele disse ter obtido do presidente da CCJ, Demostenes Torres (DEM-GO), o compromisso de que o assunto terá tratamento prioritário.

Valadares disse que, após ouvir os senadores, chegou à conclusão de que há votações que devem permanecer secretas, como no caso de indicação para os tribunais superiores (STF, STJ e STM), ministros do Tribunal de Contas da União e Procuradoria-Geral da República. Os senadores teriam opinado por votações abertas nas indicações de diretores do Banco Central e de chefes de missão diplomática.



Valadares disse ter consultado os senadores antes de dar o seu voto

Autor de proposta, o senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu votação aberta sem exceções, nas duas Casas, especialmente no caso de vetos presidenciais. Ele previu dificuldades em derrubar eventual veto ao aumento das aposentadorias, caso a votação seja secreta.

Segundo Valadares, 42 senadores defendem voto aberto na análise de vetos – e que isso consta do relatório.

Suplicy: RBC evitará dependência do Bolsa Família

Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que o programa Renda Básica de Cidadania (RBC), já previsto em lei mas ainda não implantado pelo governo, evitará que as pessoas se tornem dependentes do programa Bolsa Família. Autor do projeto que se transformou no programa Renda Básica de Cidadania, ele lembrou que as pessoas receberão o RBC, trabalhando ou não com carteira assinada. O programa será um complemento de renda para todos os brasileiros que ganhem abaixo de determinado valor, sem maiores exigências ou burocracias.

A dependência a programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, explicou o senador, ocorre em todos os países que os aplicam. Suplicy registrou balanço do programa feito pela ministra do Desenvolvimento Social, Márcia Lopes. Segundo ele, o Bolsa Família tem contribuído para erradicar de forma gradual a pobreza absoluta no país, mas dos 12,4 milhões de famílias beneficiadas, cerca de 2 milhões ainda são consideradas extremamente pobres, pois não conseguem obter renda mensal de R\$ 70 por pessoa – esse é o valor de corte adotado pelo ministério para definir quem vive acima ou abaixo da pobreza extrema.

Neuto De Conto: turismo pode crescer muito mais

Mesmo com faturamento anual de US\$ 40 bilhões, o turismo brasileiro ainda tem muito espaço para crescimento, afirmou ontem Neuto De Conto (PMDB-SC). Apesar de possuir muitas riquezas naturais, o país é o 41º em fluxo internacional de pessoas e o 39º em entrada de divisas, observou o senador.

Neuto De Conto ressaltou que o turismo não cresce a passo igual com a economia, que é a oitava do mundo e pode se tornar a quinta ainda nesta década. Se for devidamente incentivado, acrescentou, o turismo pode ajudar o país a se tornar uma potência econômica.

O senador informou ter participado, em 26 de maio, do 5º Salão de Turismo: Roteiros do Brasil, em São Paulo. Ele reafirmou suas críticas à proposta de extinção da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), prevista no projeto de Regimento Interno, em exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).



Neuto De Conto defende manutenção da Comissão de Turismo no Senado

Ministro das Relações Exteriores diz que países membros não permanentes do Conselho de Segurança da ONU preferem solução pacífica com Irã



Celso Amorim (E), Eduardo Azeredo, presidente da CRE, e Mesquita Júnior em debate na comissão



Simon (E), Heráclito e Suplicy: senadores apoiaram iniciativa de paz dos governos do Brasil e da Turquia

Amorim afirma que cresce na ONU apoio ao acordo nuclear com o Irã

DIVERSOS MEMBROS NÃO permanentes do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) têm demonstrado apoio nos últimos dias ao acordo feito com o Irã para troca de material nuclear, afirmou ontem o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Durante depoimento à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), ele reiterou que o acordo – promovido com o apoio do Brasil e da Turquia – deve ser compreendido como uma iniciativa capaz de

gerar “mais confiança” junto à comunidade internacional.

– Conversei com representantes de membros não permanentes do Conselho de Segurança. Todos manifestaram quase um desconforto com a ideia de caminhar para sanções, depois do acordo. Recebi mais de 15 chanceleres durante encontro da Aliança das Civilizações e todos disseram que preferem uma solução pacífica. Alguns chegaram a agradecer a nossa ação – relatou Amorim.

Ao comentar a repercussão

internacional da Declaração de Teerã, firmada em 17 de maio, o ministro admitiu a existência de críticas, destinadas principalmente, a seu ver, a desqualificar o acordo firmado por Irã, Brasil e Turquia, no momento em que as principais potências ocidentais passaram a defender com maior intensidade a adoção de sanções contra o Irã. Mas ressaltou repercussões positivas como a do jornal parisiense *Le Monde*, segundo o qual os futuros livros de história terão de registrar a data de 17 de maio de 2010.

– Por que o Irã aceitou um acordo com a Turquia e o Brasil e não com as potências nucleares? Justamente por esses países não falarem do alto de sua arrogância, mas sim em pé de igualdade – interpretou Amorim, afirmando que as cinco potências nucleares que integram de forma permanente o Conselho de Segurança “negociam entre si” as principais decisões internacionais.

O ministro recordou que partiu do próprio presidente norte-americano, Barack Obama, a iniciativa de negociar um acordo com o Irã, ainda em 2009. Desde aquele momento, informou, a proposta envolvia a troca de urânio levemente enriquecido (a 3,5%) por urânio enriquecido a 20%, fornecido por potências ocidentais, para os reatores de Teerã.

O acordo não saiu, avalia o ministro, porque não se teria chegado a uma definição com o Irã a respeito de algumas preocupações ocidentais: a quantidade de urânio envolvida e as exigências do Irã de que a troca deveria ser simultânea e realizada em território iraniano. Com o impasse, observou, os Estados Unidos passaram a liderar, no Conselho de Segurança, uma campanha pela aprovação de sanções.

Segundo Amorim, o acordo destina-se a “criar confiança”. A partir disso, outros “temas difíceis” do programa nuclear iraniano poderiam ser tratados.

Valter Pereira defende busca de saída diplomática

O senador Valter Pereira (PMDB-MS) disse ontem ser contra a ideia de restringir às grandes potências as negociações diplomáticas para solucionar os problemas mundiais. Para ele, deve estar ao alcance de todos os que possam contribuir para a paz.

O Irã, disse o senador, vem sendo administrado por “figuras bizarras” como o presidente Mahmoud Ahmadi-nejad e acumula profundas desconfiças. Mas isso não deve ser pretexto, observou, para o país ser afastado da convivência internacional.

Mesquita Júnior estuda solução para migrantes

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) disse em Plenário ter participado de encontro na Itália, na semana passada, para discutir a migração de habitantes dos países latino-americanos. Ele defendeu a interlocução entre os parlamentos de todo o mundo para buscar modificar as leis e punições impostas aos imigrantes ilegais, que, em sua opinião, são excessivamente rigorosas.

Mesquita Júnior mencionou a aprovação da Lei de Segurança da Itália, que nivela os imigrantes ilegais a outros delinquentes, “o que é inadmissível”.

Para ministro, maioria aprova posição brasileira

As quase três horas de debate na CRE foram consideradas um “caso raro de convergência” pelo ministro Celso Amorim, em referência ao fato de que a iniciativa de paz dos governos do Brasil e da Turquia recebeu o apoio da maioria dos presentes.

As principais preocupações da oposição foram manifestadas logo no início do debate. Após considerar o acordo como “um avanço”, o senador João Tenório (PSDB-AL) quis saber que garantias existem de que o Irã cumprirá o que foi acertado com Brasil e Turquia. Além disso, ele perguntou ao ministro se o Brasil não teria “questões mais prioritárias” em sua agenda internacional.

Segundo o ministro, não existe hipótese de o Irã vir a

produzir bombas nucleares com a quantidade de urânio de que dispõe. A respeito das prioridades, ele observou que, se não fosse para opinar sobre a paz e a segurança internacionais, o Brasil não deveria ter buscado a eleição para membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU).

A partir de então, diversos senadores manifestaram seu apoio a Amorim. O senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) criticou o que chamou de “discriminação” entre os países, na ONU. Apenas alguns têm assento permanente no Conselho de Segurança e dispõem de armas nucleares, observou.

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) lamentou que os brasileiros ainda tenham “com-

plexo de colonizado”, o que os levaria a questionar os motivos pelos quais o Brasil deveria ter voz mais ativa na política internacional. Ele criticou os detentores de arsenais atômicos por promoverem “exigências tão exacerbadas” ao Irã.

Israel

O ataque da Força de Defesa de Israel, na segunda-feira, a barcos que pretendiam levar ajuda humanitária à população da Faixa de Gaza foi novamente criticado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que disse ter sido convidado para integrar a expedição, chamada Free Gaza Movement. O senador voltou a sugerir a utilização do futebol como um instrumento de paz entre palestinos e israelenses.

Portador de psoríase quer fim do preconceito

Preconceito, maior ação governamental e o incentivo ao tratamento com hidratantes foram alguns dos itens abordados durante debate sobre psoríase – doença crônica de pele, não contagiosa – realizado ontem na Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS).

Logo no início do debate, proposto pelos senadores Cícero Lucena (PSDB-PB) e Flávio Arns (PSDB-PR), a presidente da Associação de Apoio aos Portadores de Psoríase, Sílvia Galli, defendeu a implementação de políticas públicas sobre o assunto. Ela também



Sílvia Galli (D), com a senadora Rosalba Ciarlini, em debate na CAS

declarou que um dos principais problemas enfrentados pelos portadores da doença é o preconceito e a discrimina-

ção – como se a psoríase fosse contagiosa.

– Queremos que as outras pessoas não tenham medo de nos tocar – disse Sílvia, ela própria portadora da doença há cerca de 30 anos.

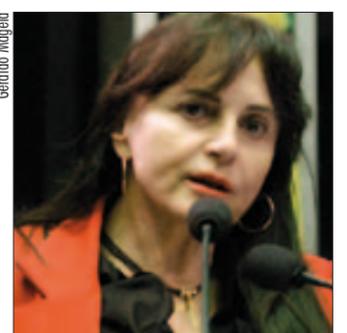
Dois médicos dermatologistas relataram o desempenho do hidratante Glukderm no tratamento da psoríase. Segundo Celso Pieralini, diretor de qualidade do Centro Paulista de Pesquisa e Avaliação Dermatocósmica (Cepad), o uso do hidratante – em conjunto com outros medicamentos – “mostrou-se muito eficaz e promissor” em diversos casos.

Serys destaca campanha da OMS contra o tabagismo de mulheres

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) registrou apoio à campanha da Organização Mundial de Saúde (OMS) contra o tabagismo das mulheres e defendeu uma “forte taxaço do tabaco”.

Segundo ela, o Instituto Nacional do Câncer projeta que o tabagismo é o responsável por 40% das mortes de mulheres com menos de 65 anos.

Serys sugeriu que os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara dos Deputados, Michel Temer, levem às capitais brasileiras a exposição *Propagandas de Cigarros: como a indústria*



Serys: “O cigarro pode provocar câncer de pulmão, útero e mama”

do fumo enganou as pessoas, que atualmente encontra-se na Câmara.

Iniciativa deve acelerar decisões judiciais ao permitir aos tribunais estaduais e superiores decidirem de maneira uniforme sobre a mesma questão

Comissão de juristas aprova anteprojeto que reforma Código de Processo Civil

APÓS QUASE OITO meses de trabalho, a comissão de juristas aprovou ontem o relatório final do anteprojeto que reforma o Código de Processo Civil (CPC). A nova legislação deverá acelerar a resolução de demandas judiciais em primeira instância um ano após entrar em vigor, segundo previsão do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luiz Fux.

Fux comandou ontem a votação do relatório, depois de passar o dia revisando destaques aos 4 mil artigos dos cinco livros que irão compor o texto legal. Segundo ele, a percepção de maior agilidade vai demorar um pouco mais para ser observada nos tribunais superiores (STJ e Supremo Tribunal Federal – STF): de um ano e meio a dois anos após a vigência do novo estatuto.

O STJ enfrenta um acúmulo de 260 mil processos, dos quais cerca de 50% referem-se a ações de massa – quando um mesmo direito é reivindicado em uma quantidade significativa de processos.

A comissão de juristas encerra os trabalhos propondo um mecanismo capaz de, com um só golpe, reduzir esse expressivo volume de disputas judiciais e acelerar o julgamento das ações em curso.

Um caminho viável e eficaz para combater a morosidade da Justiça será o incidente de resolução de demandas repetitivas. Por esse instrumento, tanto o juiz quanto as partes envolvidas em ações de massa poderão invocar o incidente junto aos tribunais estaduais ou superiores para que haja uma decisão mais rápida e uniforme

para a questão.

Segundo Luiz Fux, um número reduzido de processos-piloto será julgado com base nesse mecanismo, paralisando-se a tramitação dos relativos ao mesmo assunto até que o tribunal adote uma decisão definitiva. A sentença definida valerá para aquelas ações de massa já em andamento e para as que ingressarem posteriormente no Judiciário. Um exemplo desse tipo de demanda são as reclamações contra a cobrança de assinatura básica pelas empresas de telefonia.

Jurisprudência

Nos comentários sobre demandas repetitivas, a relatora da comissão de juristas, Teresa Wambier, considerou ser “muito chato e decepcionante” que uma parte litigante perca e a outra ganhe em disputas judiciais similares, com o mesmo interesse.

– Acaba que o direito se transforma em loteria –, argumentou, apontando ainda a uniformização da jurisprudência como uma medida importante para encurtar o andamento dos processos.

Para Bruno Dantas, consultor-geral legislativo do Senado e também membro da comissão, a contribuição principal do anteprojeto do novo CPC é introduzir racionalidade no processo judicial. Exemplos da simplificação de procedimentos – na comparação com o código em vigor, de 1973 – são a possibilidade de um advogado intimar o advogado da outra parte pelo correio, de a testemunha ser levada à audiência pela parte interessada, e de a audiência de conciliação se tornar o primeiro passo do processo judicial.



Texto aprovado ontem pela comissão de juristas, presidida por Luiz Fux (C, na foto ao lado), simplifica vários procedimentos judiciais

Tramitação do projeto se iniciará semana que vem

O anteprojeto do novo CPC, aprovado ontem pela comissão de juristas encarregada de elaborá-lo, será entregue na próxima terça-feira, 8 de junho, ao presidente do Senado, José Sarney.

No dia seguinte, o ministro do STJ, Luiz Fux, que presidiu a comissão e coordenou a elaboração da nova lei, irá debater a proposta com os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Cumpridas essas etapas, o

anteprojeto será lido no Plenário do Senado, transformando-se, então, em projeto de lei. A proposta será encaminhada, em seguida, ao exame de uma comissão especial de 11 senadores, onde será discutida e, eventualmente, modificada por emendas.

Depois de votado pelo Plenário do Senado, o projeto do novo CPC vai para a Câmara, onde também será analisado por uma comissão especial. Se os deputados aprovarem

mudanças no texto, ele volta a passar pelo crivo da comissão especial de senadores.

Embora o Senado seja tradicionalmente a Casa revisora, neste caso dará a palavra final antes de o projeto seguir à sanção do presidente da República.

O objetivo desse trabalho é modernizar o CPC – uma lei de 1973 – de modo a assegurar maior rapidez e coerência no trâmite e no julgamento dos processos de natureza civil.

Paulo Paim comemora decisão que obriga Ford a indenizar o RS

Paulo Paim (PT-RS) comemorou ontem o resultado de julgamento judicial que obriga a fábrica de veículos Ford a indenizar o estado do Rio Grande do Sul por rompimento contratual por parte da montadora.

Segundo Paim, o valor da compensação deverá passar de R\$ 1,4 bilhão. O senador lembrou que na época da transferência da Ford do Rio Grande do Sul para a Bahia, entre 1998 e 2002, o então governador gaúcho Olívio Dutra foi acusado de ter contribuído para a ida da Ford para a Bahia.

– Praticamente dez anos depois, a Justiça se pronuncia e coloca os verdadeiros pingos nos “is” [reconhecendo a culpa da Ford] – disse.

Paulo Paim registrou ainda a realização, em São Paulo, da Conferência



Compensação por transferência da fábrica para a Bahia deve passar de R\$ 1,4 bi, afirma Paim

Nacional da Classe Trabalhadora. O senador informou que o evento, que reúne mais de 40 mil trabalhadores das mais diversas categorias e ramos de atividade econômica, tem o objetivo de discutir um projeto nacional de desenvolvimento com soberania e valorização do trabalho.

Alvaro Dias lamenta assassinato de escritor paranaense

Alvaro Dias (PSDB-PR) lamentou o assassinato do escritor paranaense Wilson Bueno, ocorrido na última segunda-feira, em Curitiba. Aparentemente, ele foi morto durante um assalto a sua casa. O senador disse que a criminalidade tem aumentado no Paraná, assinalando que hoje a capital do estado é três vezes mais violenta do que São Paulo.

– Lá tentaram invadir até a casa do governador Orlando Pessuti, quando um assaltante foi morto no quintal, pela segurança – informou.

O senador, que pediu voto de pesar pela morte do escritor, afirmou que Wilson Bueno, autor de 13 romances e contos, é uma referência cultural do Paraná, destacando a obra *Mar paraguayo*, escrito em “portunhol”, mesclando português, espanhol e guarani.

Flávio Arns (PSDB-PR) se associou à homenagem ao escritor e confirmou o



Segundo Alvaro Dias, Wilson Bueno teria sido morto durante um assalto a sua casa, em Curitiba

aumento da criminalidade em Curitiba.

Aerus

Alvaro Dias informou que não seria possível colocar uma emenda na MP 479/09 para abrir caminho para o governo federal ajudar o Aerus, fundo de pensão dos ex-empregados da Varig. Paulo Paim (PT-RS) citou projeto de sua autoria com a mesma finalidade em tramitação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Gurgacz pede alterações no Código Ambiental



Acir Gurgacz

Ao defender a revisão do Código Ambiental, o senador Acir Gurgacz (PDT-RO) disse que é preciso mudar a ótica de uma "legislação feita em escritórios confortáveis de grandes centros urbanos". Gurgacz argumentou que, na maioria das vezes, "a realidade ambiental do Rio Grande do Sul é diferente daquela de Rondônia, que por sua vez nada tem em comum com a de Santa Catarina".

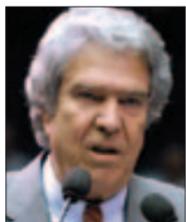
César Borges vê problemas de infraestrutura na Bahia



César Borges

César Borges (PR-BA) criticou a situação do sistema de transportes baiano. Ele leu reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* e lamentou a saturação dos portos baianos, sem capacidade de dar vazão à demanda de cargas. César Borges reclamou também do "péssimo estado de conservação" da rede de aeroportos da Bahia, mas parabenizou o governo pelos investimentos realizados na duplicação da BR-101.

Hélio Costa sugere mudança na Lei Kandir



Hélio Costa

Hélio Costa (PMDB-MG) defendeu a revisão da Lei Complementar 87/96 (Lei Kandir) por entender que a norma, que isenta o minério destinado à exportação do pagamento de impostos, prejudica Minas Gerais. Quando a Lei

Kandir foi implementada, explicou Hélio Costa, a intenção era tornar o preço do minério mais competitivo. Nos últimos anos, porém, o preço subiu 500%, o que não justificaria a manutenção da regra.

Roberto Cavalcanti critica juros cobrados por cartões



Cavalcanti

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) criticou o que considera abusos praticados pelas empresas administradoras de cartões de crédito, como as altas taxas de juros. O senador também classificou como "meramente paliativas" as novidades anunciadas pelo governo sobre o problema, que, disse Cavalcanti, aflige milhões de brasileiros e desorganiza o setor produtivo e o mercado de consumo.

Diretor das centrais elétricas diz que verba será destinada à realocação da população em áreas próximas ao reservatório, simultaneamente à realização da obra, por meio de um plano de desenvolvimento sustentável



Hélvio Guerra (E), Delcídio Amaral, Flexa Ribeiro e Valter Luiz de Souza em debate na Subcomissão de Acompanhamento das Obras da Usina de Belo Monte

Eletrobras: custos socioambientais de Belo Monte receberão R\$ 3,5 bi

DOS R\$ 19 bilhões previstos para a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, R\$ 3,5 bilhões serão destinados aos custos socioambientais da obra, informou o diretor de Engenharia das Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobras), Valter Luiz Cardeal de Souza, que foi ouvido ontem pela subcomissão que acompanha as obras. A iniciativa do debate foi de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que preside a subcomissão ligada à Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Esses custos, disse Valter de Souza, referem-se à realocação da população em áreas próximas ao reservatório, por meio do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região do Xingu, que incluirá implantação de infraestrutura de saneamento básico, novo núcleo urbano e programa de geração de emprego e renda, simultaneamente à realização da obra.

– Esse é o maior empreendimento em obra e execução do planeta em décadas

– afirmou.

Quanto à viabilização da obra, Souza informou que a participação da estatal – 49,98% – se dará por meio da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf). A operadora da hidrelétrica será a Eletronorte, que entrou como "sócio estratégico" em etapa posterior da licitação. Valter de Souza citou também os oito integrantes privados do consórcio, liderado pela Gaia Energia e Participações.

O diretor disse que empresas brasileiras poderão participar no fornecimento de equipamentos, como turbinas, o que será possível pelo tipo de financiamento feito pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para os chamados "projetos estruturantes", prioritários para o governo. Ele ainda disse que a Eletrobras tem encontrado boas soluções junto ao Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) em outras hidrelétricas. E afirmou que o Sistema

Interligado Nacional (SIN), que une diversos estados por usinas hidrelétricas, é "único no mundo". Souza rebateu críticas de que o projeto de Belo Monte teria baixa capacidade de geração de energia (11,233 mil MW) comparado ao de Itaipu (14 mil MW).

O representante da comissão de licitação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Hélvio Guerra, destacou que "a potência de uma hidrelétrica é tão importante quanto sua capacidade de geração". Ele ressaltou as inovações do edital de licitação, que, segundo afirmou, possibilitaram um deságio no preço-teto e garantiram a competição, mesmo tendo havido somente dois competidores.

O relator da subcomissão, Delcídio Amaral (PT-MS), disse que a audiência o ajudou a esclarecer os pontos de vista técnico, histórico, social e ambiental para que, nos próximos debates, seja possível estabelecer o contraditório.

Relator quer ampliar isenção a produtos para dessalinização

O relator do projeto que concede isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) a aparelhos de destilação e de osmose inversa – destinados a dessalinizar a água –, senador Cícero Lucena (PSDB-PB), pretende alterar a proposta para incluir entre os produtos isentos as membranas usadas nesses aparelhos. Ele anunciou a intenção ao final de audiência pública promovida ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) para debater o projeto.

Durante a discussão, o representante da Secretaria da Receita Federal, Diogo Lousa Borba, informou que dois dos três produtos cuja isenção está prevista na proposta (PLS 337/09) já têm alíquota zero de IPI. Explicou que o único item ainda tributado, com alíquota de 5%, é o aparelho de destilação, uma vez que ele pode ser usado em processos com álcool

e hidrocarbonetos, além da purificação de água.

Por isso, Cícero Lucena antecipou que deseja incluir uma nova emenda para estabelecer a isenção apenas aos aparelhos usados no processo de purificação de água.

Já o coordenador nacional do Programa Água Doce, do Ministério do Meio Ambiente, Renato Saraiva Ferreira, disse que um sistema de osmose inversa pode ajudar a combater no Nordeste problemas como a mortalidade infantil. O pesquisador Gherman Araújo, da Embrapa Semiárido, concordou com



Diogo Borba, Renato Saraiva, Cícero Lucena, Adriana Melo e Gherman Araújo

o potencial benefício dos aparelhos previstos no projeto de lei. Adriana Melo Alves, especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, do Ministério de Integração Nacional, considerou "muito bem-vinda" a isenção estabelecida na matéria.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Serys Slhessarenko • Mão Santa • Romeu Tuma

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo S. Alves e Osmar de Jesus Miranda
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Participantes de debate defendem celebração de parcerias público-privadas como forma de se buscar a universalização da oferta de saneamento básico



Fotos de J. Freitas

Edson Aparecido (E), Paulo Libânio, Leodegar Tiscoski, Eduardo Suplicy, Rogério Tavares, Raul Pinho e Yves Besse durante audiência na CAE que visou avaliar o cumprimento da Lei de Saneamento Básico

Prefeituras terão ajuda para planos de saneamento

Um dos entraves à melhoria das condições sanitárias nas cidades brasileiras é a ausência de planos municipais de saneamento básico. Por isso, o secretário de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, Leodegar da Cunha Tiscoski, anunciou, em debate na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), um esforço do governo federal para elaboração desses instrumentos, previstos na Lei 11.445/07.

No Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), o governo vai destinar R\$ 600 milhões para ajudar os municípios na elaboração de seus planos no período de 2011 a 2014.

Outra preocupação do ministério, segundo Leodegar, é com o desperdício de água, que em alguns estados chega a 40%. Ele disse que o governo federal dará apoio financeiro a planos que reduzam o problema.

Já Luiz Carlos Neto Aversa, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), informou que a empresa reduziu a perda de água de 32% em 2006 para 26% em 2009. Ele acredita que a experiência pode ser repetida por outras prestadoras de serviço.

Municípios desprezam a verba para tratamento de lixo

A DEMANDA POR recursos para projetos de tratamento de resíduos sólidos dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 1) foi considerada “pífia” pelo superintendente nacional de Saneamento e Infraestrutura da Caixa Econômica Federal, Rogério Tavares. Ao participar de audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), ele disse que os municípios não conseguiram apresentar propostas que demandassem todo o volume de recursos reservados para a atividade, que chega a R\$ 300 milhões.

Tavares observou que mais de 50% dos resíduos sólidos são colocados em lixões, sem nenhum sistema de tratamento de efluentes líquidos.

No tratamento de esgoto, o quadro também é preocupante: os últimos dados disponíveis no Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento (SNIS), relativos a 2007, indicam que são tratados apenas 33% dos 5,9 bilhões de litros de esgotos urbanos gerados diariamente.

A própria coleta do esgoto absorve apenas 59% do volume gerado. Ou seja, 41% do esgoto

Cidades ameaçadas

Nos grandes municípios, apenas 59% do esgoto gerado são coletados e 33%, tratados. Previsão é de universalizar os serviços em 10 anos

Esgoto Urbano	Situação			PAC 2	Previsão de Universalização	
	Índice Pré PAC	Índice Atual	Índice após PAC 1	Recursos (R\$ bi)	Valor após PAC 1 (R\$ bi)	Ano
Coleta	56%	59%	63%	8,5	49	2020
Tratamento	32%	33%	43%	5,5	34	2020

Fontes: PNAD 2006, PNAD 2008, SNIS 2006 e SNIS 2007

correm a céu aberto. O secretário de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, Leodegar da Cunha Tiscoski, previu que, após o PAC 1, a coleta de esgoto chegue a 63% do volume gerado e o tratamento, a 43%.

Parcerias

Na raiz do problema, segundo Raul Pinho, conselheiro do Instituto Trata Brasil, está a falta de investimento: há décadas, o país gasta com saneamento básico apenas um terço do necessário para atingir a universalização num prazo de 20 anos.

– As obras demoram a acontecer: falta capacitação para o

desenvolvimento e gestão dos projetos, mesmo com a provisão dos recursos financeiros – disse.

A saída, segundo Pinho, pode estar nas parcerias público-privadas (PPPs).

O estímulo às PPPs foi defendido pelo presidente da Associação Brasileira de Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto, Yves Besse. Ele disse que cabe ao Ministério das Cidades acompanhar o cumprimento das leis do marco regulatório, dos planos municipais e estaduais de saneamento, da regulação dos serviços e da regularização dos contratos das cidades com as empresas.

Novo programa federal paga por esgoto tratado

O representante da Agência Nacional de Águas (ANA), Paulo Augusto Cunha Libânio, disse ontem, em debate na CAE, que o Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas (Prodes), criado em março de 2001, é uma iniciativa inovadora, pois não financia obras ou equipamentos, mas paga pelos resultados alcançados, ou seja, pelo esgoto efetivamente tratado.

Pelo Prodes – conhecido como “programa de compra de esgoto tratado” –, a União dá estímulo financeiro a prestadores de serviço de saneamento que investirem na implantação e na operação de estações de tratamento de esgotos, desde que cumpridas as condições previstas em contrato.

Libânio disse que a maior parte do esgoto urbano não recebe nenhum tipo de tratamento, sendo lançado *in natura* em rios. O incremento da carga orgânica poluidora nos rios, acrescentou, leva à escassez de água com boa qualidade, fato já verificado em algumas regiões do país.

CAE reconduz dois conselheiros do Cade

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, por unanimidade, as reconduções de Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo e Olavo Zago Chinaglia ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Se seus nomes forem referendados pelo Plenário do Senado – onde serão votados em regime de urgência –, eles ficarão mais dois anos como conselheiros no órgão que julga processos de concentração econômica (aquisições e fusões de empresas com grande presença no mercado) e práticas empresariais contrárias aos princípios da livre iniciativa e concorrência, a exemplo da formação de cartéis.

No cargo desde agosto de 2008, Ragazzo é do Rio de

Janeiro, onde se formou em Direito e fez pós-graduação em Direito do Consumidor, pela Universidade Cândido Mendes.

Com formação acadêmica também em Direito, pela Universidade de São Paulo

(USP), Chinaglia ingressou no Cade também em 2008. Ainda pela USP, ele se doutorou em Direito Comercial. É também especialista em Direito Empresarial, título obtido junto à Escola Paulista de Magistratura.



Garibaldi Alves, entre os indicados Olavo Chinaglia (E) e Carlos Ragazzo

Senado aprova empréstimo de US\$ 600 mi para despoluir Tietê

Por acordo partidário e em votação simbólica, o Plenário aprovou ontem pedido do governo de São Paulo para que a companhia de saneamento básico do estado (Sabesp) possa tomar um empréstimo, no valor de US\$ 600 milhões, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinado a bancar a terceira etapa do programa de despoluição do rio Tietê.

Outros dois empréstimos externos foram aprovados pelo Plenário. O primeiro, no valor de US\$ 13,2 milhões, entre o governo do Maranhão e o BID, destina-se ao projeto de fortalecimento da gestão fiscal do estado (Profisco-MA). O segundo, de US\$ 9,8 milhões, será assinado entre a prefeitura de Passo Fundo (RS) e o mesmo banco, e financiará parcialmente o programa de desenvolvimento integrado do

município, com ações que visam melhorias no transporte e na mobilidade urbana, projetos de desenvolvimento local e fortalecimento da gestão municipal. As propostas foram enviadas à promulgação.

Garantias

Aprovado pela manhã na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o parecer favorável do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ao pedido de autorização para efetivar o empréstimo em favor da Sabesp esclarece que a companhia paulista oferecerá contragarantias à União para lastrear a operação, mediante cessão de receitas próprias.

O empréstimo para o Profisco-MA visa melhorar a eficiência e a transparência da gestão fiscal, e oferecer melhores serviços ao cidadão contribuinte.

Proposta que visa expandir a produção sustentável de biocombustíveis recebe apoio de pesquisadores em audiência na Comissão de Agricultura



Celso Vainer Manzatto, João Baptista Ferraz, senador Valter Pereira e João dos Santos Vila da Silva acompanham depoimento de Roberto Vizentin na audiência pública para instruir projeto

Especialistas elogiam zoneamento para a cana

QUATRO PESQUISADORES BRASILEIROS ligados ao agronegócio elogiaram ontem, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), proposta do Executivo que visa expandir a produção sustentável de biocombustíveis a partir da cana-de-açúcar, sob orientação do zoneamento agroecológico para a cultura.

Para o diretor de Zoneamento Territorial do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Roberto Ricardo Vizentin, o projeto de lei que trata do tema (PL 6.077/09), em tramitação na Câmara, reflete a visão de que os biocombustíveis representam para o Brasil "uma oportunidade extraordinária de desenvolvimento econômico".

– Evitar desmatamento, proteger a nossa biodiversidade e evitar que a produção de etanol venha a representar impacto na produção de alimentos foram os norteadores para a elaboração desse projeto, que assegura ao Brasil todas as salvaguardas que fazem com que o nosso etanol seja carimbado com esse zoneamento, uma espécie de passaporte verde – explicou o representante do MMA na audiência pública.

Segundo Vizentin, mesmo com a exclusão de algumas áreas para cultivo da cana-de-açúcar (Amazônia, Pantanal e bacia do Alto Paraguai), o país ainda disporá de cerca de 60 milhões de hectares para plantio da cultura, visando à produção de biocombustíveis.

O chefe-geral da Embrapa Meio Ambiente, Celso Vainer Manzatto, lembrou que, entre as restrições ambientais previstas no projeto, está a queima da lavoura, como método pré-colheita, nas áreas mecanizáveis. Explicou ainda que a definição de áreas proibidas para cultivo da cana-de-açúcar não vale para terras já plantadas. Para Celso Vainer, o projeto vai proporcionar novos desafios e novas tecnologias a serem desenvolvidas no país.

Acompanhamento

Já o especialista em recuperação de áreas degradadas e monitoramento de reflorestamento do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa),

João Baptista Ferraz, observou que a recomposição de uma terra desmatada pode ser feita em até quatro anos, se adequadamente realizada. No entanto, frisou, "se feita de forma errada, pode continuar degradada até 25 anos depois". Por isso, o representante do Inpa defendeu que o projeto preveja monitoramento constante das propriedades.

Ferraz considerou o projeto inconsistente no que se refere aos benefícios da substituição da queima e da colheita manual por colheita mecanizada, processo que gera prejuízos ao solo e custos extras ao produtor.

– É preciso avaliar os custos da mecanização e da compactação do solo – assinalou João Ferraz.

O pesquisador da Embrapa Informática Agropecuária João dos Santos Vila da Silva sugeriu que se faça uma análise do impacto sobre a mão de obra que deixará de ser utilizada em detrimento da mecanização da colheita.

Augusto e Jorge Yanai reclamam de restrições

Os senadores Jorge Yanai (DEM-MT) e Augusto Botelho (PT-RR) reclamaram das restrições ao cultivo da cana-de-açúcar em seus estados, previstas no zoneamento. Mesmo considerando relevante a preservação do meio ambiente, Yanai criticou a proibição do cultivo na bacia do Alto Paraguai.

– Gostaria que a bacia do Alto Paraguai fosse repensada numa avaliação justa, para que as pessoas que lá moram não sejam prejudicadas por uma medida intempestiva – afirmou o senador.

Augusto Botelho destacou que excluir a produção no bioma Amazônia de forma geral, e não em áreas pontuais da Amazônia Legal, "é prejudicar uma região que não é uniforme e precisa se

desenvolver".

– Nossa região poderia estar produzindo álcool. É um direito nosso. Não podemos fazer de toda a Amazônia um santuário. Estão nos excluindo de uma atividade que pode gerar dinheiro e melhorar a vida dos moradores da região.

O presidente da CRA, Valter Pereira (PMDB-MS), destacou vários pontos positivos do projeto, com base na justificativa do governo, como a redução da emissão de gás carbônico, especialmente pelo fim das queimadas e ampliação da mecanização da colheita.

– Na teoria, o projeto é de



Jorge Yanai defende cultivo da cana-de-açúcar na bacia do Alto Paraguai

grande relevância, mas nós precisamos conferir com a prática, com base nos impactos que poderá provocar na economia e na produção de cana-de-açúcar, de açúcar e de etanol – afirmou.

Projeto visa expandir plantação sem desmatar

O desafio de promover novos plantios sem ampliar o desmatamento norteou a elaboração do Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar para produção de açúcar e etanol

Com base no zoneamento, elaborado por pesquisadores da Embrapa, o governo federal editou o Decreto 6.961/09 e enviou à Câmara projeto (PL 6.077/09) definindo normas para a expansão da cultura.

Conforme o projeto, novas áreas de cultivo de cana-de-açúcar no país estarão subordinadas às seguintes diretrizes:

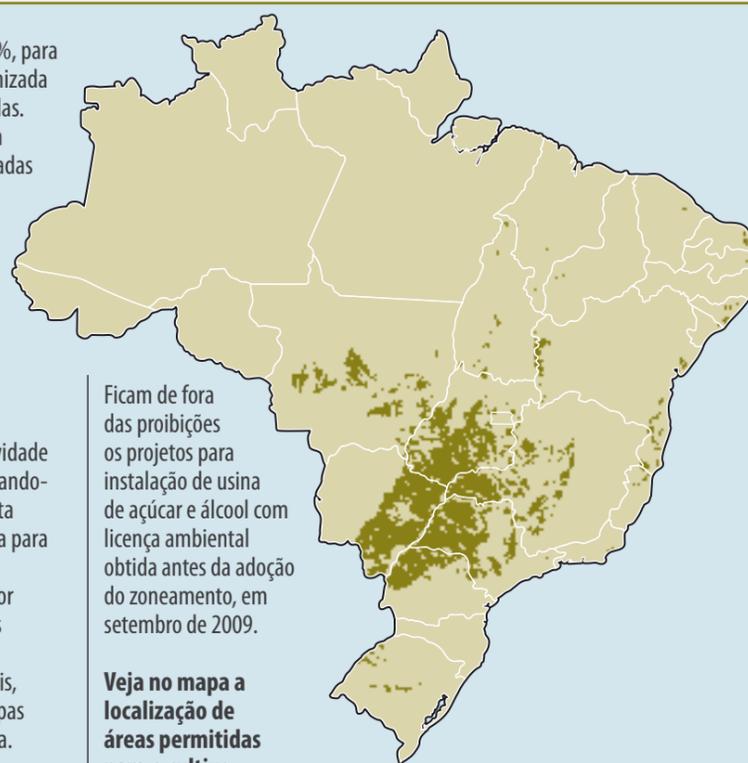
- Proteção ao meio ambiente e à biodiversidade.
- Ocupação prioritária de áreas degradadas ou de pastagens.
- Respeito à função social da propriedade rural.
- Valorização da cana como recurso energético.
- Respeito à segurança alimentar.

São consideradas áreas adequadas para o plantio de cana as terras

com declividade de até 12%, para assegurar a colheita mecanizada e a eliminação de queimadas. Também se dá prioridade à utilização de áreas degradadas ou hoje ocupadas com pastagens.

O texto veda a expansão do cultivo da cana-de-açúcar:

- Na Amazônia, no Pantanal e na bacia do Alto Paraguai.
- Em terras com declividade superior a 12%, observando-se a permissão da colheita mecânica e sem queima para as áreas de expansão.
- Em áreas cobertas por vegetação nativa, áreas de proteção ambiental, remanescentes florestais, dunas, mangues, escarpas e afloramentos de rocha.
- Em terras indígenas.



Ficam de fora das proibições os projetos para instalação de usina de açúcar e álcool com licença ambiental obtida antes da adoção do zoneamento, em setembro de 2009.

Veja no mapa a localização de áreas permitidas para o cultivo.